

EXISTE O "PERIGO ALEMÃO"?

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Com uma abordagem criteriosa, objetiva, fluência de estilo, inteligente crítica e revisionismo bibliográficos, René Gertz analisa assunto de significativa importância não apenas para a historiografia rio-grandense, mas a todos os estudiosos das Ciências Humanas que se dedicam a problemática tão atual quanto o racismo.

O "Perigo Alemão", publicado na série "Síntese Rio-Grandense"(5), aborda não apenas a questão da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, como também as manifestações de germanismo, nazismo e integralismo na região colonial, mostrando, cá e lá, como formou-se no imaginário popular a fantasia do "perigo alemão".

Assim, embora priorize em sua análise as décadas de trinta e quarenta, considera o século passado para melhor entender o que discute para o período questionado, além de chegar, embora em considerações esparsas, até a atualidade.

Uma das preocupações do A. foi a de demonstrar que os integrantes não representaram um grupo homogêneo, que nem todos foram colonos e que entre eles havia diferença de classes, verificando com isso que as regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, até a década dos anos 30/40 foram "menos exóticas e mais "normais" do que em geral se pressupõe" (p.31). Nesse sentido, não há porque considerar grandes distinções na luta política das regiões de colonização no período que antecedeu 1930.

Não é tarefa fácil, nessa conjuntura, determinar quando a ideologia do germanismo assumiu proporções significativas entre os primeiros imigrantes. Todavia, como nos demonstra o Prof. René na "reflexão sobre a preservação consciente da germanidade através da manutenção da língua, dos costumes e da pureza do sangue, foi algo que coincidiu, grosso modo,

com o interesse da Alemanha pelos seus emigrados, a partir do último quartel do século XIX” (p. 32). Isso significa dizer que foram preservadas a língua e a cultura alemãs e que o Sínodo Missouri representou a única instituição, com alguma representatividade nas regiões de colonização alemã, que continuou, oficialmente, na década dos anos trinta, com a tradição de condenar o cultivo do *Deutschtum* dentro da igreja.

O contraponto deste Sínodo, foi o Sínodo Riograndense, bastante ligado à igreja luterana alemã, e que de maneira radical cultivava o germanismo. Note-se que, ainda na década de trinta, acabou recebendo apoio do Governo do Estado para assim prosseguir.

Com a ascensão do nazismo na Alemanha e um clima favorável no Rio Grande do Sul, as instituições germanistas procuraram atuar mais eficazmente para maior defesa dos interesses do germanismo, promovendo, para tanto, uma série de festividades com o intuito de atrair cada vez mais a população.

O A. procurou explicar ainda que “o grau de adesão ao germanismo, a perda da germanidade ou sua permanência sem um cultivo consciente podem ser localizados ao longo da estrutura social. No meio rural minifundiário, sem grande dinamismo econômico, os traços culturais alemães se mantêm, sobretudo quando as colônias são homogêneas do ponto de vista étnico e às vezes também religioso” (p. 43). Constatou ainda que as camadas médias da população, especialmente as da zona urbana, não só perderam (embora lentamente) sua germanidade, como até a renegaram, enquanto que as elites econômicas urbanas e os intelectuais (seus aliados), continuaram a cultivá-la. Daí não ser raro encontrar, nas cidades, famílias de projeção social (sobremaneira as ligadas ao comércio), fazendo questão que seus filhos aprendessem a língua germânica. É o momento, muito bem observado pelo A. em que “os interesses comerciais e sentimentos nacionais fundem-se em estranha ideologia” (p.44).

No que tange ao nazismo, coloca-nos o A. que sua implantação é anterior ao Estado Novo quando ainda o governo brasileiro vivia em bom relacionamento com o governo alemão. Seus participantes não pertenciam à elite e nem eram colonos; antes, eram comerciários, industriários e bancários, formando um contingente pouco expressivo.

Mas não para por aí o complicado quadro da região colonial alemã da década de trinta, pois, além do germanismo e do nazismo, havia

ainda o integralismo e a campanha de nacionalização. O integralismo, como movimento político, não pode também desprezar a língua alemã, uma vez que necessitava conquistar adeptos no interior do Rio Grande do Sul. Assim, nos diz o A. que “o integralista típico da região colonial é jovem, não ligado à atividade agrícola, relativamente indiferente aos valores da germanidade e da religião” (p. 59).

Frente a toda essa conjuntura houve ambiente propício para que uma ação estatal conhecida como “campanha de nacionalização” aparecesse a partir da Revolução de 1930, apesar dessa idéia haver surgido na década de vinte. Era, por assim falar, um movimento de aspiração nativista e que se postava contrário a tudo que fosse estrangeiro.

O A. nos lembra, com muita propriedade, que o imaginário popular era repleto de lendas, as mais diversas, sobre as populações de origem alemã, o que facilitou a “nacionalização, desenvolvida em dois níveis: um, educativo e o outro, repressivo, que, de início (a partir da intentona de 1938), visava mais nazistas e integralistas. No entanto, a repressão se brutaliza mesmo em 1942 com a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, aparecendo também a repressão não institucionalizada, o que veio a criar enorme pânico entre a população de nome alemão.

Para que melhor se possa compreender a campanha de nacionalização, conforme se lê ao longo do trabalho, há que se considerar pelo menos três fatos: “o subjetivo, de longa tradição, a ideologia do “perigo alemão”; o objetivo, a existência do germanismo, nazismo e integralismo; e o material, o crescimento da região norte do Estado frente ao sul” (p.76).

Constatou o Prof. René que a partir da década dos anos setenta, vários municípios do Rio Grande do Sul retomaram sua história, destacando suas origens imigrantistas promovendo, para tanto, inúmeras festas típicas (caso, por exemplo, da Oktoberfest), além de haver sido introduzido nas escolas o plurilingüismo e a própria reformulação do conceito de “colono”, o que não impede que o “fantasma” do “perigo alemão” ainda se manifeste em determinadas situações. Diante disto, uma indagação parece ainda pairar: são racistas os alemães do Rio Grande do Sul? Eis o desafio que agora, frente ao presente trabalho, permitirá, graças ao “leque” de sugestões oferecidas que os estudiosos possam trabalhar sobremaneira o imaginário popular riograndense.